

# Pacificação de favelas: as Unidades de Policiamento Pacificador como a solução para a violência carioca, na ótica do jornal O Globo

**Marcella Carvalho de Araujo Silva**

Graduanda do Curso de Ciências Sociais / FGV-RJ

## Palavras chave:

Violência, mídia, medo do crime e pacificação de favelas.

## Key words:

Violence, media, fear of the crime and pacification.

**RESUMO:** Neste artigo, analiso a série *Democracia nas favelas*, do jornal *O Globo*, escrita por jornalistas que percorreram cinco favelas da cidade do Rio de Janeiro de onde o tráfico de drogas ou as milícias foram retirados pela polícia militar. Essa série de reportagens, que compreendeu o período de 09 a 16 de agosto de 2009, constrói a favela como a origem da violência urbana carioca e defende as Unidades de Policiamento Pacificador como a sua solução. Analiso as narrativas do jornal, tanto as que constroem o problema quanto as que o solucionam, alicerçando-me em uma literatura que investiga as relações entre mídia e medo do crime.

**ABSTRACT:** In this article, I analyze the news entitled *Democracia nas favelas*, published in the newspaper *O Globo*, between August 9th and 16th 2009. The serie shows the expulsion by the military police of Rio de Janeiro of the drug traffick and the *milícias* from five favelas. The news consider the *favelas* as the spatial origin of the urban violence and stand up for the Unidades de Polícia Pacificadora, the newest security policy of the state, as a solution to the violence problem. I analyze how the news construct the fear of the crime and how they advocates a solution to it, considering the literature that investigates the relations between media and fear of the crime.

## Introdução

Em novembro de 2008, os traficantes de drogas foram “retirados” do morro Dona Marta, em Botafogo, pela Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro. Segundo o jornal *O Globo*, não houve tiros. O evento foi amplamente noticiado como uma vitória do Rio na “guerra contra o crime organizado”. No entanto, não foi noticiado o processo de retirada do tráfico de drogas – apenas que ele foi retirado.

Em agosto de 2009, o mesmo jornal lançou uma série de reportagens, na Editoria Rio, intitulada *Democracia nas favelas*<sup>1</sup>. Segundo o editorial do jornal, quatro jornalistas percorreram, durante quatro meses, cinco favelas onde as Unidades de Policiamento Pacificador<sup>2</sup> foram instaladas – Santa Marta (Botafogo, Zona Sul), Cidade de Deus (Jacarepaguá, Zona Oeste), Jardim Batam (Realengo, Zona Oeste), Chapéu Mangueira e Babilônia (Leme, Zona Sul) – e onde a sede do Bope (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar) se encontra – Tavares Bastos (Catete, Zona Sul). Esta última favela foi incluída, pois, desde 2000, ela não apresenta tráfico de drogas. O que, então, seria o denominador comum dessas seis favelas cariocas que as distingue das demais – cerca de 750 outras (BESSERMAN, 2008) – seria a ausência do tráfico de drogas e a presença constante da polícia, como representante do Estado nos morros.

“A chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em cinco favelas do Rio afastou o poder paralelo dos traficantes, que dominavam esses territórios há quatro décadas, e iniciou a retomada do espaço público pelo Estado”. Ao

lermos esse pequeno trecho, na primeira página do jornal de maior circulação entre a classe média carioca, percebemos o quanto ele destoa da maioria das reportagens do jornal sobre as favelas do estado do Rio<sup>3</sup>. Se a maior parte das notícias sobre favelas, no Rio, está atrelada ao crime, ao poder do tráfico de drogas, aos tiros e à incapacidade da polícia em garantir a segurança dos cidadãos, na *Democracia nas favelas*, esses mesmos problemas aparecem solucionados. Pretendo, pois, neste trabalho, desconstruir as narrativas das reportagens que compõem essa série, a fim de compreender como elas se direcionam ao público de classe média – a quem, durante anos e em outras reportagens, o mesmo jornal construiu como vítima virtual da violência urbana.

Parto de uma literatura que discute teoricamente como a mídia constrói o medo do crime e a favela como lugar do crime. Em seguida, exponho as estratégias narrativas de construção do tráfico de drogas e das milícias como problemas e das Unidades de Policiamento Pacificador como solução. Por fim, analiso como essa série de reportagens, mais do que destoar da tônica da maioria das notícias sobre favelas no Rio, compõe esse discurso, acrescentando um novo elemento: a tão perseguida solução para o problema.

## As favelas e o medo do crime, no Rio de Janeiro

Segundo Vaz (2005), na literatura anglo-saxônica, existem, pelo menos, três correntes interpretativas que analisam a relação entre a

<sup>1</sup> As informações detalhadas de cada uma das reportagens publicadas entre os dias 09 e 16 de agosto encontram-se no final deste artigo. Formulei duas tabelas: uma contendo os personagens das narrativas e como eles foram caracterizados; outra contendo a manchete, o trecho de música, uma breve descrição das fotos, os títulos dos boxes e quantas vezes aparecem comparações do tráfico de drogas ou da milícia com a ditadura militar e do período atual com a redemocratização. Esclareço adiante essa escolha metodológica.

<sup>2</sup> Segundo consta no site [www.upp.rj.gov.br](http://www.upp.rj.gov.br), “a Unidade de Policiamento Pacificadora é um novo modelo de segurança pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de Políticas Sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades (...)”. Até março deste ano (2010), já foram instaladas, além dessas mencionadas, outras Unidades de Polícia Pacificadora, na Ladeira dos Tabajaras e Morro dos Cabritos (Copacabana), Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (Ipanema) e Morro da Providência (Centro). Neste trabalho, atendo-me apenas às UPPs abordadas na série *Democracia nas favelas*.

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos de Vaz, Cavalcanti e Sá-Carvalho (2005) e Vaz, Cavalcanti, Oliveira e Sá-Carvalho (1999). Esses dois trabalhos desconstruem os discursos da

mídia e a construção do medo do crime, nas cidades do final do século XX. A primeira, chamada "cultivação", constrói uma relação causal entre o tempo de exposição à televisão e o medo do crime. Quanto mais tempo uma pessoa dispensa do seu dia assistindo a programas que abordam a violência, mais medo do crime ela tem.

A segunda corrente, denominada agendamento, afirma que a mídia, ao hierarquizar os fatos, é responsável pela formação de uma agenda de temas relevantes para seu público. Ao fazer ampla cobertura de atos criminosos, a mídia torna o crime uma questão social relevante e, desse modo, coloca-o na agenda de debates políticos.

Essas duas correntes não analisam os conteúdos das notícias – relacionados ao contexto social da cidade, à cultura e moral da sociedade, aos casos específicos que ocorrem, etc. Elas não atentam aos processos de construção das narrativas, negligenciando os modos como diferentes tipos de crime ou eventos produzem diferentes formas de vitimização.

A terceira perspectiva teórica chama-se análise de enquadramento. Seus estudos se preocupam em analisar não apenas *sobre o que* fala a mídia – herança da análise de agendamento – mas principalmente como ela fala. É de suma importância compreender quais são os mecanismos narrativos que fazem o público se identificar *com* as notícias, pois nelas são criados padrões de cognição e interpretação dos eventos.

No caso do noticiário do crime, o enquadramento da injustiça dos atos criminosos permite que espectadores se reconheçam como potenciais vítimas do mesmo crime noticiado. Segundo Vaz (2009), esse tipo de enquadramento do crime descreve um ato criminoso que provoca danos físicos, que apresenta grandes chances de se repetir, mas contra o qual a vítima nada pode fazer, pois, além de passiva, ela não sabe quando e onde ele ocorrerá, nem quem o executará. Os tipos de crimes que a mídia escolhe noticiar, os personagens que ela seleciona para as narrativas, as características que ela lhes atribui, os locais onde os crimes ocorrem e muitas outras estratégias narrativas (re)constróem estigmas sociais sobre quem é o criminoso e onde os crimes têm origem.

A identidade de vítima virtual está relacionada então à percepção de si como possível vítima de um crime em relação ao qual a pessoa não reconhece ter qualquer responsabilidade. Nesse sentido, é válido lembrar que o conceito de responsabilidade em nossa sociedade diz respeito ao reconhecimento da deliberação dos atores em agir (NIETZSCHE, 2009). Essa noção opera segundo uma lógica que separa agressores e vítimas. Se uma pessoa age errado, ela deve ser punida. Se não comete qualquer erro, mas, mesmo assim, sofre algum constrangimento, ela é vítima de uma injustiça. O ato criminoso é injusto para a vítima virtual, pois ela, ainda que promova alterações em seu cotidiano – preterindo determinados bairros, ruas e vias públicas "perigosas" – nada poderia fazer para evitá-lo. Ao tomar conhecimento, nas notícias veiculadas pelos meios de comunicação,

de diversos crimes que não são controlados e penalizados, o cidadão atribui a culpa pelo seu sofrimento injusto ao Estado que não cumpre o seu papel.

Na série *Democracia nas favelas*, o crime é enquadrado como um estado de exceção. A partir de comparações entre o tráfico de drogas e a ditadura militar brasileira, a série cria uma narrativa coerente que distribui os papéis de agressores, culpados e vítimas. Conforme demonstrarei a seguir, tanto nas notícias da série, como naquelas que noticiam a violência nas favelas, em O Globo, no Rio de Janeiro, o medo do crime é personificado pelos traficantes de drogas, as vítimas são os inocentes da classe média ou moradores de favelas e o culpado pela insegurança pública é o Estado que não cumpre o seu papel. Vejamos a seguir como na série *Democracia nas favelas* esses papéis são distribuídos e por meio de quais artifícios narrativos.

## Democracia nas Favelas

No dia 09 de agosto de 2009, na primeira página do jornal O Globo, lia-se a seguinte manchete: "Os desafios da democracia nas favelas: Estado paralelo sai das comunidades, mas, até agora, foi substituído por estado policial". A seguir, uma foto mostrando uma moradora sentada na calçada, na favela do Batam, em Realengo, ao lado de uma porta aberta, de onde é possível identificar outra senhora costurando. Em primeiro plano, com efeito esfumado, um policial andando (Figura 1). A legenda indicava que se tratava de um "novo tipo de cena" na favela.



mesma mídia impressa que utilizo como fonte em meu trabalho, no que diz respeito à construção narrativa da favela como um problema para a cidade do Rio. Espero que meu trabalho venha a complementar os estudos anteriormente citados, acrescentando como a discussão sobre as UPPs se encaixa no discurso do jornal sobre a questão da insegurança pública no Rio de Janeiro, trazendo justamente a solução para o problema, elemento que por sua própria falta nas demais reportagens potencializa o medo do crime.

Figura 1: Primeira página do jornal O Globo, dia 09 de agosto de 2009

Estudos sobre o medo do crime no Rio de Janeiro (VAZ, CAVALCANTI, OLIVEIRA E SÁ-CARVALHO, 1999) demonstram que há uma sub-representação da figura do morador de favela como uma vítima da violência urbana. São, normalmente, pessoas de classe média que figuram como as vítimas dos crimes. Quando o morador de favela aparece como vítima, ele é citado como um caso extremo da ausência do poder público e da ousadia do “poder paralelo”. Nesses casos, porém, ou a vítima não é identificada – figurando como mais um número das estatísticas – ou a sua moralidade é questionada – lançando-se dúvidas quanto ao seu envolvimento com o tráfico de drogas. Em geral, suas dores e suas mortes são apresentadas como um sacrifício que a sociedade deve fazer para que o tráfico seja combatido e a “guerra das drogas” acabe. Na foto acima – e ao longo de toda a série – nenhuma dessas caracterizações aparece. Os moradores de favelas são apresentados como vítimas do poder dos traficantes e como beneficiados pela presença da polícia, ainda que, logo na primeira página, o jornal lance a questão da possibilidade de formação de um estado policial.

Cabe expor alguns dados sobre o padrão de representação das favelas no noticiário do jornal *O Globo*. O material da série dialoga intimamente com o discurso da favela como o espaço da criminalidade, enquadramento dado pela maioria das notícias desse jornal. No artigo “Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime” (VAZ, CAVALCANTI, OLIVEIRA E SÁ-CARVALHO, 1999), de um total de 744 notícias publicadas em *O Globo*, referentes a seis semanas dos anos de 2001 e 2002, em 49,4% das matérias aparece a palavra “tráfico” e em 33,5% da amostra

aparece “favela” como a origem geográfica do crime. Em 66% dos casos, a favela é o lugar de origem ou de refúgio do criminoso, mas em nenhuma reportagem o morador da favela é apenas uma vítima da violência. Isso significa que 34% das notícias questionam a inocência da vítima – ela é vítima e possível criminosa.

Nas reportagens da *Democracia nas favelas* ocorre exatamente o contrário. Das 18 reportagens que compõem a série, 16 (89%) apresentam os moradores de favelas como vítimas dos traficantes, seja porque são obrigados a se submeter ao seu “capitalismo selvagem” que cobra preços superiores ao do mercado competitivo pelos serviços prestados (gás e gatonet<sup>4</sup>, por exemplo); seja porque são obrigados a sair das favelas onde moram por conta de algum desentendimento; seja porque têm a sua liberdade vigiada; seja porque recebem ameaças dos traficantes; seja porque são humilhados, torturados e mortos por ordem do tráfico; seja, até mesmo, porque o Rio de Janeiro encabeça, em decorrência da “guerra do crime” e da “guerra contra o crime”, o ranking nacional de homicídios dolosos (CESEC, 2008).

Exposto isso, passemos a uma análise mais detida do discurso da série. Lendo as reportagens, desconstruí as narrativas identificando: 1) quem eram, para os jornalistas, os atores relevantes (personagens), 2) como esses atores foram caracterizados/adjetivados (Anexo 1), 3) quais foram os recursos narrativos empregados (citações de músicas, manchetes, boxes, assuntos remetidos, etc.) e 4) como a narrativa foi construída (Anexo 2). Além disso, atentei para as fotos e para as notas do jornal acerca de outras informações consideradas relevantes e associadas ao tema da “democracia



Carla Rocha, Fábio Vasconcellos,  
Selma Schmidt e Vera Araújo

O dia era 5 de outubro de 1988. Embalada por discursos emocionados — Ulysses Guimarães foi 54 vezes interrompido por aplausos —, nascia a nova Constituição brasileira. Mais um importante passo para a redemocratização, que começara a engatilhar três anos antes, com a saída do último general do poder. O país fez festa. Mas nem todos foram convidados. Atualmente no Rio, 1,5 milhão de habitantes de áreas dominadas pelo tráfico ou por milícias permaneceram excluídos dos seus direitos fundamentais. Agora, com 24 anos de atraso, moradores de cinco favelas vivem a experiência histórica, que pode mudar o Rio. São as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que prometem expulsar o tráfico, resgatar o país do Estado e garantir segurança. O desafio é tão grande quanto foi nos anos que se seguiram ao fim da ditadura militar instituída em 64. — É como se estivéssemos num vórtice de turbulência. As pessoas têm um desastre, mas não temos uma saída. — A frase de um morador da Favela Jardim Botânico, em Realengo, resume o

<sup>4</sup> Gatonet é o serviço ilegal de TV a cabo que existe principalmente, mas não apenas, nas favelas cariocas.

Figura 2: Design das reportagens da série *Democracia nas favelas*

nas favelas”, entendendo-as como estratégias de convencimento.

As reportagens enquadram o crime como um estado de exceção. A criminalidade violenta carioca é formada pelos atos do tráfico de drogas e das milícias. A estratégia narrativa empregada é a comparação com a ditadura militar brasileira. Palavras e expressões como “democracia” e “ditadura”, “falta de liberdade de expressão”, “tortura” e “exílio” dão a tônica das narrativas. Se a “ditadura” do tráfico de drogas constrangia a “liberdade de expressão”, por meio de “ameaças”, “torturas” e “exílio forçado”, hoje, com a presença das Unidades de Polícia Pacificadora, a “democracia” chegou às favelas, “com 24 anos de atraso”. Os boxes acrescentados às reportagens corroboram essa comparação com a ditadura militar (ver Anexo 2), reforçando a caracterização da criminalidade urbana *como exceção* – seja pelo seu caráter ditatorial, seja pela sua negatividade (a *não*-regra, a *não*-legalidade, o *não*-respeito, etc.).

Analisando as reportagens, identifiquei os recursos que foram empregados para caracterizar a ditadura militar brasileira e contei o número de frases que empregam esses mesmos recursos em relação ao tráfico de droga. Os resultados foram 57 frases que caracterizam o tráfico e a ditadura da mesma forma (ver tabela no Anexo 2). Testei essa comparação, pois logo na primeira reportagem (“Cidadania lenta e gradual”), os autores afirmam que, em 1985, “com a saída do último general do poder”.

*O país fez a festa. Mas nem todos foram convidados. Somente no Rio, 1,5 milhão de habitantes de áreas dominadas pelo tráfico, ou por milícias permaneceram excluídos dos seus direitos fundamentais. Agora, com 24 anos de atraso, moradores de cinco favelas vivem uma experiência histórica, que pode mudar o Rio. São as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que prometem expulsar o tráfico, resgatar o papel do Estado e garantir segurança 24h. O desafio é tão grande quanto foi o dos anos que se seguiram ao fim da ditadura militar instituída em 64.*

É importante destacar o erro histórico cometido pelos jornalistas nesse trecho. Parte da força do argumento está centrada numa informação incorreta. Ele afirma que, em 1985, 1,5 milhão de pessoas viviam em áreas dominadas pelo tráfico ou pelas milícias. Esse número, porém, diz respeito à estimativa do montante atual de pessoas que vivem nas áreas classificadas como favelas pelo IBGE (CENSO 2000, IBGE).

Por conta dessa e de outras comparações entre o tráfico e a ditadura, atentei para o modo de construção narrativa da democracia, levando em consideração o destaque dado a ela no próprio título da série. A associação entre a presença da polícia nas favelas e o período de redemocratização é mais singela, feita em apenas 7 frases. O jornal mesmo problematiza a qualidade da democracia que as Unidades

de Polícia Pacificadora podem levar às favelas que ocupam. Como dito anteriormente, os jornalistas, logo no primeiro dia da série, colocam a questão de as UPPs se transformarem em um estado policial, caso não haja controle sobre seus atos. A relação entre moradores e policiais é apresentada como “mais tensa” do que aquela entre os policiais e os demais moradores da cidade. As “duras”, a exigência de carteiras de identidade para entrar nas favelas e as “rondas” são alguns exemplos dessas relações tensas e, muitas vezes, conflituosas entre moradores e policiais. O fato mesmo de a “polícia pacificadora” usar armas (inclusive metralhadoras) também coloca questões sobre quão democrática é essa relação. Além disso, como não se sabe como os traficantes são “retirados” – nem para onde foram – e o fato mesmo de o Bope<sup>5</sup> ser responsável pela “preparação do terreno” colocam o questionamento acerca de quão “pacífico” foi o processo de implementação das UPPs.

Apesar disso, em vários momentos, as reportagens deixam claro para o leitor que se vive um momento melhor do que o anterior – ainda que não necessariamente democrático –, em que vigoram as regras da “cidade formal”. Nesse sentido, cabe destacar as censuras invisíveis ao trabalho do jornalista de que fala Bourdieu (1996). As notícias por ele formuladas devem se adequar às expectativas do seu público leitor. Como O Globo é atualmente o jornal de maior circulação entre a classe média carioca, a narrativa da pacificação destaca principalmente os benefícios que ela está criando a esses leitores: seus imóveis estão sendo valorizados e os tiros que tantas vezes os vitimizaram estão sendo controlados.

Os personagens das narrativas são os moradores das favelas onde há presença permanente da polícia; alguns especialistas – em urbanismo, segurança pública e economia – que analisam as Unidades de Policiamento Pacificador; o poder público – nas figuras do atual prefeito Eduardo Paes e do atual secretário estadual de segurança, José Mariano Beltrame –; a polícia militar; os traficantes e milicianos; e as pessoas que estão “sentindo a diferença” – como corretores de imóveis, turistas, empresários, donos de estabelecimentos comerciais, etc. Não são todos que apresentam falas nas reportagens, apesar de todos desempenharem um papel nas narrativas que constroem as favelas como um lugar violento e as UPPs como a solução para esse problema. Os traficantes e os milicianos, por exemplo, aparecem como os causadores da violência; eles são ditadores que impõem um “capitalismo selvagem” às favelas, impedem as pessoas de se manifestarem e matam sem piedade. Os moradores são as vítimas silenciadas ou forçadas ao exílio, sem qualquer poder de ação. Os policiais da “elite da PM” “cumprem o seu papel”, embora continuem portando armas constantemente, estabelecendo boas relações com os moradores e resolvendo seus problemas familiares. Os especialistas fazem algumas críticas à política de segurança, pois levar a democracia às favelas se trata de um processo longo e demorado. Empresários, corretores de

<sup>5</sup> O Bope é o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ele opera em situações em que a polícia militar regular não consegue controlar, muitas das quais incursões policiais em favelas do Rio.

imóveis e turistas são personagens co-adjuvantes que corroboram a idéia, defendida explicitamente no último dia de reportagens (16/08/2009), de que as UPPs são a solução para o problema do tráfico de drogas, no Rio de Janeiro. Cada um desses atores sociais colhe bons frutos com a saída dos traficantes: moradores podem retornar às suas casas, fábricas podem se instalar em áreas próximas a favelas, os preços de imóveis sobem consideravelmente e o número de turistas cresce (ver Anexo 1). O papel coadjuvante daqueles que estão “sentindo a diferença” merece especial atenção, pois, nas notícias regulares do jornal impresso aqui analisado sobre violência urbana no Rio, são eles as principais, ou até mesmo únicas, vítimas. Essa inversão de papéis é significativa, embora não represente um enfoque completamente diferente, como veremos adiante.

### Pacificação para quem?

Os moradores de favelas figuram na série Democracia nas favelas como as vítimas da violência dos traficantes, diferentemente do que Vaz, Cavalcanti, Oliveira e Sá-Carvalho (1999) demonstraram ser o padrão da representação desses atores sociais nas notícias de O Globo entre 2001 e 2002. Isso fica ainda mais claro na reportagem da página 9 da Editoria Rio, do dia 10 de agosto de 2009. São citados dois casos de moradores que foram vítimas dos traficantes e dois de familiares de traficantes que estão sendo bem recebidos pelos demais moradores das favelas onde residem. As vítimas são uma senhora que foi expulsa da favela onde morava, porque cuidava do filho de um traficante excluído do bando que dominava a área; e um comerciante que foi proibido de vender botijões de gás, para que não criasse concorrência ao mercado de botijões dos traficantes.

Embora comemorem a chegada da polícia – ou como disse o comerciante que pôde retornar à sua favela: “Graças a Deus, a polícia tomou o controle” (10/08/2009) –, suas falas demonstram, várias vezes ao longo da série, incertezas em relação ao futuro, temor da volta dos traficantes e dos milicianos, e medo das ameaças que eles continuam fazendo. Isso fica bem claro, logo, na primeira reportagem (09/08/2009).

*Há o risco de o estado paralelo ser substituído por um estado policial. Some-se a isso o medo ainda presente. A maioria dos moradores ainda prefere falar sob anonimato, teme a volta dos bandidos, o fracasso do Estado e se pergunta: esse modelo de segurança poderá algum dia garantir os direitos fundamentais do cidadão?*

Devemos levar em consideração que esse temor dos moradores está muito relacionado ao medo de represália dos antigos e demais traficantes, pois, ainda que as favelas onde residem não sejam mais dominadas por uma facção criminosa, os morros continuam localizados em áreas que são consideradas de tal ou qual

facção do tráfico de drogas (ROCHA, 2008). Apesar de haver mais de um ano desde que a Unidade de Polícia Pacificadora foi instalada na favela Santa Marta, não sabemos ao certo – se é que é possível saber – quanto tempo será necessário para que os moradores deixem de se preocupar com as ameaças e recados de traficantes. As identidades sociais dos moradores das favelas se fazem também, ainda que a contragosto, pela identificação da facção que domina a favela onde moram. Normalmente, eles aprendem a lidar com essa identidade inculcada pelo poder que o tráfico de drogas imprime na territorialidade da favela. Como o tráfico ainda existe no Rio de Janeiro, essa forma de classificação ainda vigora e, portanto, o temor dos traficantes é constante e real.

As falas dos moradores denunciam práticas dos antigos “donos dos morros”, reivindicam direitos, acusam os excessos da polícia, reclamam da morosidade da justiça formal, mas também elogiam as atuações da polícia e agradecem auxílios. São citados, por exemplo, agradecimentos à polícia, pois sua presença acabou com tiroteios, diminuiu os preços dos botijões de gás e permitiu o retorno de moradores expulsos. Segundo Comaroff (2006, p.234) “Neste mundo, verdades compartilhadas, sobre o crime ou sobre qualquer outro tema, provêm das vítimas” (tradução livre minha)<sup>6</sup>. Os depoimentos dos moradores figuram, portanto, como uma evidência de que a violência urbana do Rio tem origem nas favelas e que as UPPs são uma possível solução para esse problema.

Não podemos deixar de notar que, para o jornal, a presença da polícia, mais do que promover a segurança à cidade, traz civilidade para as favelas. O papel da polícia de civilizar, de fazer as pessoas se acostumarem a viver com leis iguais para todos, de ensinar o “certo”, de desmanchar uma “cultura enraizada” obscurece as negociações constantes, os malabarismos políticos e os dilemas morais que os moradores das favelas viviam sob o cerco do tráfico e das



<sup>6</sup> No original: “In this world, shared truths, about crime or anything else, come from the victims”.

milícias (LEITE, 2008). Ao se afirmar que não conhecem as leis e as regras da sociedade, duvida-se da moralidade dos moradores e questiona-se o seu poder de crítica e resistência aos arbítrios do tráfico. Ao afirmar que: "Havia muita permissividade. As pessoas não estavam acostumadas a ter limites" (reportagem do dia 13 de agosto, página 13), a capitã Pricilla<sup>7</sup>, reforça o estigma da desordem na favela e da exclusão dos moradores. Essa perspectiva é corroborada pela seguinte fala do ex-presidente da Associação de Moradores da Santa Marta: "quem não conhece o certo, aceita o errado como se certo fosse" (13/08/2009, página 12).

Como podemos perceber, na série Democracia nas favelas, a polícia cumpre o seu papel: garante a segurança, aparta brigas, vistoria cidadãos, multa veículos estacionados em lugares proibidos, etc. – mais do que isso, ela cumpre diversas outras funções. Promove, por exemplo, aulas de Educação Física (em todas as cinco favelas nas quais a presença da polícia é constante) e reforço escolar, bem como concede bolsas de alimentos (no Jardim Batam) e fiscaliza as "boas maneiras" dos moradores (em todas). É verdade que acontecem alguns imprevistos, como alguns furtos e algumas festas até depois da hora permitida, dentre outros descumprimentos da lei. De maneira geral, a série demonstra que a lei chegou à favela, não

apenas na figura dos policiais, mas também de arquitetos e de fiscais de obras.

Os autores da série procuraram abarcar uma série de conteúdos, que compreendem desde cidadania e possibilidade de um estado policial, até funk e questão habitacional. Essa escolha demonstra como, para esse jornal, retirar o tráfico de drogas das favelas representa uma solução para diversos problemas não apenas de segurança, como também de urbanismo e de moradia. Essa proposta fica mais visível no último dia da série.

A reportagem intitulada "Uma virada que cabe no bolso" expõe uma estimativa das despesas que a Secretaria Estadual de Segurança teria com a implantação de Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas "onde cerca de 1,3 milhão de pessoas vivem ainda subjugadas às ordens de traficantes e milicianos". No entanto, o cálculo do jornal não propõe a implantação de uma UPP em cada uma das 1020 favelas do município do Rio de Janeiro. O jornal calcula duas médias: primeiro, o número de policiais necessários, no caso de as favelas serem "tão violentas" quanto o Complexo do Alemão; segundo, a taxa criada pela Secretaria Estadual de Segurança do número de policias/x moradores para cada UPP. Ambas as médias "cabem no bolso" do PIB do município.

**UMA VIRADA QUE CABE NO BOLSO**

UPPs em todas as favelas custariam de R\$ 90 milhões a R\$ 340 milhões: valor médio é um milésimo do PIB carioca

**OS DIFERENTES ESTÁGIOS DA OCUPAÇÃO POLICIAL NAS FAVELAS**

*Custo de instalação e manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no restante da cidade, onde estima-se que 1,3 milhão de pessoas morem em áreas controladas por traficantes ou milicianos*

**SITUAÇÃO 1**  
(considerando a relação de 1 PM/106 moradores, utilizada pela Secretaria de Segurança para estimar uma ocupação com 800 policiais no Complexo do Alemão onde moram 85.000 pessoas)

- Seriam necessários 12.284 policiais, que utilizariam 123 UPPs
- Construção, treinamento e compra de equipamentos para as UPPs: R\$ 269 milhões
- Manutenção/anual: salários e combustíveis das UPPs custariam R\$ 339 milhões
- TOTAL no primeiro ano: R\$ 608 milhões

**SITUAÇÃO 2**  
(considerando 1 PM/405 moradores, conforme ocorre nas cinco UPPs em funcionamento)

- Seriam necessários 3.209 mil policiais, que utilizariam 32 UPPs
- Construção, treinamento e compra de equipamentos para as UPPs: R\$ 70 milhões
- Manutenção/anual: salários e combustíveis das UPPs custariam R\$ 90 milhões
- TOTAL no primeiro ano: R\$ 160 milhões

**MÉDIA das duas situações**

- Relação: 1 PM/168 moradores
- UPPs: 77
- Policiais: 7.700
- Manutenção: R\$ 214 milhões

OBS: Segundo a Secretaria de Segurança uma UPP para 100 policiais tem custo médio de instalação de R\$ 2,2 milhões. Manutenção: salário e combustível custariam R\$ 230 mil/mês

Chapéu Mangueira, sabemos que aonde pode chegar na praia... Beltrame, acrescentando que os laboratórios de inteligência mapeiam todas as bocas de fumo e ainda "esticam" no asfalto.

Como uma onda, os investimentos em segurança podem ferir a economia da cidade. O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, José Luiz Alquéres, estima o PIB da cidade engorde de 20% com o controle das áreas hoje controladas por traficantes e milicianos. Se isso acontecer, isso significa algo entre 100 bilhões e R\$ 38,1 bilhões, levamos em conta o PIB de 2006 (último disponível), de R\$ 127 bilhões.

Para isso, é preciso vencer desafios de dar a todas as favelas titularidade dos imóveis e infraestrutura social e urbana, incluindo segurança. A questão da titularidade não será encarada de frente. Se o valor dos imóveis já triplicou nas comunidades com UPPs, imagina como isso fica com a titularidade? — diz ele.

**Economista: 'Vivem um momento raro'**

• Economista do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (IETS), A Urani acredita que o potencial econômico vai mais além e define o fenômeno como "choque de ritmos". — Além do crescimento do que mede o fluxo de riqueza, o que imobiliário existente antes de valor. Vai ter paulista querendo morar aqui, americano querendo trocar Miami pelo Rio.

Para isso, no entanto, diz Urani preciso coeso de esforços.

— Vivemos um momento raro que há diálogo e uma aproximação entre as diferentes instâncias de governo, sociedade civil e a iniciativa privada. Existe boa vontade, maior articulação. A pacificação, por exemplo, não está nas comunidades PAC ou Favela-Batam. Para ter efeito, precisa lutar também

Figura 3: Reportagem que calcula e afirma que as UPPs são a solução para a violência da cidade

<sup>7</sup> Comandante da Unidade de Polícia Pacificadora da favela Santa Marta (Botafogo, Zona Sul), a primeira em que o projeto foi posto em prática.

## Considerações Finais

Diferentemente da contextualização histórica, explicitada em boxes, da presença do tráfico de drogas nas cinco favelas ocupadas, nenhuma referência é feita às políticas de segurança anteriores que também pregavam a recuperação do monopólio do uso da força nos territórios de favelas. É especialmente interessante notar como as reportagens não citam sequer a política de segurança do governo Anthony Garotinho (1999-2002), da qual foi herdada a sede do Bope, na Tavares Bastos (Catete, Zona Sul), conhecida como "Mutirão pela Paz"<sup>8</sup>. Além dessa, outras iniciativas de recuperação do território de favelas antecederam as UPP, das quais podemos destacar o Grupamento de Aprendizagem Prático-Escolar (GAPE), de 1993, e o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), de 2000. A não menção a elas apresenta, pois, as UPPs como inovações em políticas públicas, o que elas não são por inteiro.

"Violenta", portanto, é a presença do tráfico por sua justiça de Talião, pelo porte de armas e seu uso indiscriminado, pelo cerceamento da liberdade de expressão dos moradores, pelas torturas, pelos exílios forçados, pelo "capitalismo selvagem". Seguindo a lógica do jornal, que opera em uma chave opositiva antes/agora, a retomada do controle pelo Estado sobre os territórios das favelas promove a segurança da população, que, agora, não mais será vitimada por balas perdidas. O tom otimista do jornal está, como dito anteriormente, relacionado às expectativas de seus leitores em relação às UPP. Para eles, que moram nos entornos das favelas pacificadas, basta a presença da polícia para que a

segurança seja promovida. Para os moradores das favelas, em contrapartida, mesmo ausente, o tráfico ainda é uma realidade: concreta por meio de cartas, "avisos", "ameaças" e tiros em trailers; virtual por meio do medo, da iminência de sua (re)volta.

A pacificação das cinco favelas é noticiada de modo a mostrar às vítimas virtuais da violência urbana do Rio de Janeiro que o Estado entende que é responsável pela segurança pública. A abordagem feita por *O Globo* dessa política pública, porém, não pode ser compreendida sem a contextualização do medo do crime no Rio de Janeiro e do papel fundamental que a mídia desempenha na sua conformação. Os testemunhos dos moradores, como vimos, corroboram a "maldade" dos traficantes e legitimam a violência policial contra eles, responsáveis que são pelos crimes.

Os silêncios da série em relação a alguns aspectos deixam questões para reflexões futuras. A não menção ao processo de instalação das UPPs, por exemplo, não esclarece se a pacificação é pacífica. E essa é uma pergunta fundamental, pois retirar traficantes e milicianos com o sacrifício da vida dos moradores de favelas é mostrar para aqueles que consideram a segurança um direito e têm propriedades para proteger que o Estado cumpre o seu papel. Significa dizer, portanto, que o papel do Estado é prender e punir aqueles que causam danos e colocam em risco quem tem direitos na sociedade – e não prover esses direitos a todos. Além disso, não esclarecer por quanto tempo será necessário que a polícia esteja presente diariamente nas favelas é manter a consideração de que os moradores de favelas são vítimas e possivelmente criminosos.

Anexo 1:

PERSONAGENS	CARACTERÍSTICAS
Moradores de favelas	Quem fala sobre as mudanças no cotidiano das favelas.
Especialistas	Aptos a analisar a política de segurança, cada qual segundo a sua "especialização": Sérgio Besserman (ex-presidente do IBGE e do IPP), Sérgio Magalhães ("pai" do Favela Bairro e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU-UFRJ), Felipe Góes (Presidente do Instituto Pereira Passos), Sérgio Dias (Secretário Municipal de Urbanismo), Luciana Sá (Diretora de Desenvolvimento Econômico da Firjan), Fernando Veloso (economista do Ibmecc), Ignácio Cano (sociólogo), tenente-coronel Paulo Augusto Souza Teixeira (presidente do ISP).
Policiais militares	Responsáveis pela implementação e manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora; os provedores de "segurança".
Bope	Responsável pela retirada dos traficantes e pela "preparação do terreno" para a implantação das UPPs
Governo	Prefeito Eduardo Paes e Secretário de Segurança do Estado, José Mariano Beltrame (Não são caracterizados).
Pessoas que estão "sentindo a diferença"	Corretores de imóveis, empresários, donos de empreendimentos, moradores das favelas, associações de moradores, turistas, etc.
Traficantes e milicianos	Os causadores dos problemas – ditadores, violentos.

<sup>8</sup> O Mutirão pela Paz foi idealizado pelo então subsecretário de segurança do estado do Rio, Luiz Eduardo Soares, e implementado em 1999, na gestão do então governador Anthony Garotinho. O objetivo desse projeto era combater o tráfico de drogas, fomentando a articulação entre programas sociais e iniciativas de segurança pública.

Anexo 2:

REPORTAGEM	PÁGINA	MANCHETE	MÚSICA	FOTOS	BOXES	TRÁFICO	UPP	MORADOR DA FAVELA COMO VÍTIMA DO TRÁFICO
Dia 09/08/2009	1	Os desafios da democracia nas favelas	Nenhuma	Pessoas conversando na calçada e PM passando na rua	Nenhum	1 vez	1 vez	Não
Dia 09/08/2009	16	Cidadania lenta e gradual	Rap da Felicidade	PMs armados em uma laje em que crianças soltam pipa	O desrespeito aos direitos dos moradores das favelas e o lucrativo mercado sem leis	8 vezes	1 vez	Sim
Dia 09/08/2009	17	A Liberdade no fio da Navalha	Saudosa Mangueira	Mãos segurando barras de uma grade de uma janela de casa na favela; policiais cobrindo pichações com as abreviaturas e dizeres dos traficantes; e policial ensinando duas crianças a soltar pipa	O processo de redemocratização no país	0 vezes	0 vezes	Sim
Dia 09/08/2009	20	Três comunidades na caserna	Polícia no morro	Vista aérea do Batam; e BOPE treinando em Cidade de Deus, no meio da rua, com moradores passando	O dia-a-dia à sombra dos caveiras do Bope	2 vezes	0 vezes	Sim
Dia 10/08/2009	8	Abaixa o som que isso aí é funk	Rap do Silva	Churrasco de moradores em uma rua de Cidade de Deus; e Rapper Fiell em uma laje no Santa Marta	Guerra de decibéis e Nas favelas ditadura não acabou	10 vezes	0 vezes	Sim
Dia 10/08/2009	9	Fim do exílio forçado	Senhora Liberdade	Viúva de traficante com bebê no colo; morador da Tavares Bastos cujo tio foi morto pelo BOPE; e PM apertando a mão de entregador de gás expulso das favelas do Leme por traficantes	Artistas e políticos foram para o exterior para fugir da ditadura e A volta cuidadosa de Bigode	23 vezes	0 vezes	Sim
Dia 11/08/2009	13	Venda de imóveis a pleno vapor	A favela vai abaixo	Vista do Morro da Babilônia e da praia; Turistas americanos comendo feijoada no morro do Leme; cozinheiro do morro do Leme; e quadro com anúncios de casas no Batam	O sonho de um charmoso restaurante francês	2 vezes	0 vezes	Sim
Dia 11/08/2009	14	A nova lei do mercado	Feira de Acari	Donos de loja de Cidade de Deus; operários instalando rede elétrica no Santa Marta; e Mototaxistas	Favela S.A.	0 vezes	0 vezes	Sim
Dia 12/08/2009	11	Muito além das fronteiras	Recenseamento	Vista de um apartamento blindado a partir do Santa Marta	Briga de vizinhos e de casais superam registros de outros crimes	0 vezes	0 vezes	Sim



Dia 12/08/2009	12	Colando os cacos da cidade partida	Favela	Barbeiro tralhando em uma das ruas do Morro da Babilônia; turistas subindo de bondinho o Santa Marta; desenhos de crianças ("antes" e "depois" das UPPs); e crianças brincando em uma área de convivência no Santa Marta	Nenhum	2 vezes	0 vezes	Sim
Dia 13/08/2009	12	Cidadã Marta	Opinião	Operários trocando a fiação no Santa Marta; moradora com filho no colo na porta de casa; avisos das "novas regras de convivência" na associação de moradores do Santa Marta; e caixas de correio com os nomes dos moradores.	Guerra do tráfico espalhou pânico nos anos 80	1 vez	3 vezes	Sim
Dia 13/08/2009	13	O outro lado da vitrine	Alvorada	Vendedor de churrasco; moradora no "buraco" que dava acesso à sua casa antiga; e PMs passando por moradores em uma viela.	Morro tem 4.872 moradores, informa censo inédito e Em casa de ferreiro	0 vezes	0 vezes	Sim
Dia 14/08/2009	12	Liberdade vigiada	Feio, não é bonito	Dona Sebastiana, moradora citada pelo filme "Cidade de Deus"; viúva que aguarda a prisão do assassino do marido; e crianças brincando no Karatê (Cidade de Deus)	De Cidade de Deus a "depósito de gente"	6 vezes	0 vezes	Sim
Dia 14/08/2009	13	A resistência dos donos dos morros	Rap das armas	Vista das praias do Leme e de Copacabana a partir do Morro da Babilônia; PM ao lado de trailer baleado por bandidos; e bar que aparece no filme "Tropa de Elite"	Guerra do tráfico dura três meses e leva pânico até o asfalto e A PM mediadora	1 vez	1 vez	Sim
Dia 15/08/2009	12	Polícia para mil e uma utilidades	Charles Anjo 45	Esposa e marido separados por grades; presidente da Associação de Moradores do Batam (e também tenente do BOPE) conversando com moradores; e crianças sentadas em balcão de loja fechada	Um oásis de segurança em Realengo	1 vez	0 vezes	Sim
Dia 15/08/2009	14	A terra do "major-xerife"	O dono e o povo	Vista da Tavares Bastos; Major Vargas (chefe do BOPE) falando ao telefone, sentado em uma laje	Cenário de novela e entrevista com o major Vargas	0 vezes	0 vezes	Sim
Dia 16/08/2009	16	Uma virada que cabe no bolso	O morro não tem vez	Vista da Rocinha e da Lagoa.	Honestidade à prova	0 vezes	1 vez	Sim
Dia 16/08/2009	17	O sonho do Rio virtuoso	Brasileiro 2004	Canal cheio de lixo em Cidade de Deus; moradora mãe de filhos viciados em crack; casa em construção na Babilônia	Pratos, só de plástico e Série continua no site do GLOBO	0 vezes	0 vezes	Não
Dia 16/08/2009	19	Contrastes da favela partida	Volta pro morro	Barracos de madeira; imóveis coloridos do Santa Marta	Nenhum	0 vezes	0 vezes	Não

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESSERMAN, Sérgio. (2008) "Favelas Cariocas". Conselho Estratégico de Informações da Cidade. Atas de Reunião. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 25 de junho.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Censo Demográfico (2000) IBGE: Agregado de Setores da Sinopse preliminar.
- CeSEC. (2008), Estatísticas da criminalidade.
- CHAMPAGNE, Patrick. "A visão mediática". (1998), In: P. Bourdieu (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Editora Vozes.
- COMAROFF, Jean & COMAROFF, John. (2006), "Figuring crime: quantifacts and the production of the un/real". *Public culture* 18:1. Duke University Press.
- GODOLPHIM, Nuno. (1995), "A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica.". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, N.2:161-185, jul./set.
- LEITE, Márcia Pereira. (2008), "Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas". In: L. A. Machado da Silva (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- NIETZSCHE, Friedrich. (2009), *Genealogia da moral*. Rio de Janeiro, Companhia de bolso.
- ROCHA, Lia de Mattos. (1997), "Uma favela sem tráfico? Os limites da ação e da opressão do tráfico". In: L. A. Machado da Silva. (org.). *Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, v. 1, p. 191-225.
- SODRÉ, Muniz. "A forma da notícia". In: *Reinventando a cultura*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- VAZ, Paulo. (2009), "Vítima virtual e mídia" In: *Vigilância, Segurança e Controle na América Latina - Simpósio Interdisciplinar na Pontifícia Universidade Católica do Paraná*. Curitiba, 4 a 6 de março.
- VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana; OLIVEIRA, Luciana Julião de; SÁ-CARVALHO, Carolina. (1999), "Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime." *Revista Fronteiras — estudos midiáticos*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v.1, n. 1
- VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana; SÁ-CARVALHO, Carolina. (2005), "Vítima virtual e medo do crime no Rio de Janeiro." *Trajectos — Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. Portugal, ISCTE, n.7.
- VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana. (2005), "Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário de crime." *Compós — Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 4